

## POVOS INDÍGENAS ISOLADOS E HIDROCARBONETOS: A ATUAÇÃO DA PETROBRÁS NO VALE DO JAVARI

Vitor Cerqueira Góis <sup>1</sup>

### RESUMO

Este trabalho é, em grande parte, uma descrição de eventos ocorridos na década de 1980 na região leste da Terra Indígena Vale do Javari durante os trabalhos de prospecção sísmica levados a cabo pelo governo brasileiro através da Petrobras e por subsidiárias de empresas estrangeiras sob contrato de risco, visando dimensionar o impacto causado por este projeto e compreender como essas atividades, em estrita relação com a formação territorial brasileira e a política indigenista, interferiram na organização territorial destes povos indígenas. Para tanto é realizada uma reconstituição histórica, tanto quanto possível, com base nas informações pesquisadas, dos (des)encontros ocorridos entre o Estado brasileiro operando através da Funai e da Petrobras com suas empresas associadas e de grupos de indígenas isolados habitantes da bacia dos Rios Jaquirana, Curuçá, Ituí, Itaquai, Jandiatuba e Jutai, na atual TI Vale do Javari, entre os anos de 1972 e 1985.. As picadas, clareiras e bases móveis instaladas pelos prospectores de hidrocarbonetos se sobrepuseram em cheio aos caminhos, capoeiras, roçados e malocas do território indígena, de tal forma que as linhas sísmicas e demais estruturas se constituíram como a ponta de lança da expressão do processo de dominação territorial conduzido pelo Estado e empresas no território indígena.

**Palavras chaves:** Indígenas isolados, Territorialidade, Vale do Javari, Petrobras, Hidrocarbonetos.

### ABSTRACT

This work is, for the most part, a description of events that occurred in the 1980s in the eastern region of the Vale do Javari Indigenous Land during the seismic prospecting work carried out by the Brazilian government through Petrobras and by subsidiaries of foreign companies under a contract of risk, aiming to measure the impact caused by this project and understand how these activities, in strict relation with the Brazilian territorial formation and the indigenist policy, interfered in the territorial organization of these indigenous peoples. To this end, a historical reconstruction is carried out, as much as possible, based on the researched information, of the (dis)encounters that occurred between the Brazilian State operating through Funai and Petrobras with their associated companies and groups of isolated indigenous people living in the basin of the Jaquirana, Curuçá, Ituí, Itaquai, Jandiatuba and Jutai Rivers, in the current TI Vale do Javari, between the years 1972 and 1985. The trails, clearings and mobile bases installed by hydrocarbon prospectors completely overlapped the paths, brushwoods, swiddens and huts of the indigenous territory, in such a way that the lines earthquakes and other structures were constituted as the spearhead of the expression of the process of territorial domination conducted by the State and companies in the indigenous territory.

**Keywords:** Isolated indigenous people, Territoriality, Javari Valley, Petrobras, Hydrocarbons.

---

<sup>1</sup> Mestrando do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia-UNIR, vitorgois@hotmail.com ;

No presente trabalho será realizada uma reconstituição histórica, tanto quanto possível com base nas informações pesquisadas, dos (des)encontros ocorridos entre o Estado brasileiro operando através do órgão indigenista oficial e da Petrobrás com empresas associadas e de grupos de indígenas isolados habitantes da bacia dos Rios Jaquirana, Curuçá, Ituí, Itaquaí, Jandiatuba e Jutaí, na atual TI Vale do Javari, entre os anos de 1972 e 1985.

A Terra Indígena Vale do Javari (TIVJ) está localizada no extremo oeste do Estado do Amazonas e tem 8.544.482 hectares de floresta equatorial densa, englobando a margem direita do Rio Javari e seus tributários, Curuçá, Ituí, Itacoaí e Quixito, além dos altos cursos dos rios Jutaí e Jandiatuba, ambos da bacia do Solimões, e que apresentam um contínuo cultural e histórico com a calha do Rio Javari. Foi demarcada em 2000 e homologada em 2001.

Historicamente a região sofreu o impacto da exploração dos ciclos de caucho e borracha, do mesmo modo que outros espaços da Amazônia. Posteriormente, passou por projetos desenvolvimentistas e de integração levados pelo Governo Brasileiro durante o Regime Militar para construção de estradas nunca concluídas (BR-307), pesquisa para exploração petroleira de 1970 a 1990, grande exploração madeireira a partir de 1980 e, mais recentemente, caça, pesca e garimpo ilegais, bem como tráfico de alevinos de peixes ornamentais e narcotráfico, devido à sua localização com a fronteira peruana.

Ao contrário do “espaço vazio”, ideário sugerido pela geopolítica militar de meados do século e que até hoje se faz presente difusamente na sociedade brasileira, vemos que o espaço que conforma hoje a TIVJ abriga uma grande quantidade de informações que dão conta da presença e da territorialidade exercida pelos povos indígenas que aí habitam.

Com o trabalho espera-se, portanto, desvendar a relevância do impacto causado por determinados projetos, principalmente a pesquisa sísmica levada a cabo pelo Governo brasileiro na década de 80 em pleno território de Índios Isolados na atual Terra Indígena do Vale do Javari, compreendendo como essas atividades interferiram na organização territorial dos povos indígenas.

## **METODOLOGIA**

No estudo, foi feita uma revisão do conhecimento adquirido sobre a presença de indígenas isolados na região de estudo e suas localizações até a primeira metade da década de 80. Semelhante esforço procedimental será aplicado também aos levantamentos sismográficos

realizadas pelo governo brasileiro através da Petrobras, as empresas contratantes de risco e suas subsidiárias.

Os dados utilizados na pesquisa são oriundos de acervo documental coletados em diversas fontes durante a investigação, quais sejam: acervos digitais como o acervo do Instituto Socioambiental (ISA), Biblioteca Curt Nimuendajú (FUNAI), no Centro de Referência Virtual Indígena e no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), hemerotecas digitais.

Foram realizados também diversos pedidos de informação para o Serviço de Gestão Documental da FUNAI e ao Serviço de Informação ao Cidadão da Petrobrás via e-SIC. Em geral, os documentos obtidos junto à Petrobrás versam sobre dados técnicos e geológicos sobre as regiões estudadas, deixando de revelar importantes detalhes principalmente no que tange aos acontecimentos ocorridos em campo durante os prospectos sísmicos (estes muito mais presentes na documentação da FUNAI), muitos dos quais serão aqui reconstituídos através das entrevistas com alguns pessoas que atuaram como trabalhadores das empresas de geofísica e funcionários da Funai que estiveram diretamente envolvidos nas atividades.

## REFERENCIAL TEÓRICO

O território hoje composto na figura jurídica da Terra Indígena Vale do Javari, para além das territorialidades expressa pelos seus povos originários, é perpassada por frentes extrativistas e por forças aparelhadas dentro do estado nacional, no presente estudo representadas por concepções que visam a organização do território brasileiro através de conceitos como as fronteiras nacionais, a soberania e o desenvolvimento econômico capitalista, se manifestando no espaço na forma de estruturas produtivas petrolíferas e na tentativa de consolidação de eixos de circulação (LIMA, 2015).

Isto posto, no presente trabalho o conceito de território utilizado corresponde às perspectivas conceituais entre as ideias propostas pelos geógrafos brasileiros Marcos Aurelio Saquet e Rogério Haesbaert. Para Haesbaert o território só poderia ser concebido através de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais, e da sociedade com a própria natureza (HAESBAERT, 2004, p. 74) enquanto para Saquet o território deve ser entendido pelas suas relações (i)materiais, que podem ser compreendidas através da relação economia-política-cultura-natureza no processo de territorialização, e se traduz em objetos e relações, cotidianamente. (SAQUET, 2007, p. 21)

Assim, com estas abordagens teóricas, entendemos que ao longo do processo histórico, no espaço hoje consolidado pelo Estado com TIVJ podemos perceber distintas territorialidades

que se unificam: a dos diversos povos indígenas que aí vivem, a do Estado em reconhecimento aos seus direitos territoriais, e, dialeticamente, também a atuação do Estado no sentido de enxergar este espaço pelo viés econômico, como uma fronteira de recursos a ser explorada.

Tendo em vista a própria natureza da condição das populações envolvidas no trabalho, na qual não é possível estabelecer comunicação direta que possa explicar em seus próprios termos, vemos que os processos de territorialização dos indígenas isolados são apreendidos através das representações que os diversos atores envolvidos no tema tem da mesma (profissionais sertanistas e indigenistas, acadêmicos de diversas áreas e populações diretamente correlacionadas, indígenas e outras populações do entorno).

Desta maneira, através da bibliografia e dos documentos analisados aparecem as formas de definição da territorialidade dos povos indígena isolados utilizadas pela FUNAI, com a identificação de alguns elementos que podemos considerar como diferentes tipologias nesta identificação (clareiras, roças, malocas, caminhos, varadouros, acampamentos, tapiris, capoeiras, pupunhais). Cada elemento destes, para além de representar provas materiais da existência destes povos, também se constituem como fundamentais na tentativa de elucidação das relações socioculturais que estes povos possam ter com seus territórios.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A pesquisa busca compreender alguns processos históricos ocorridos na região estudada, em sua relação com a formação territorial brasileira e a política indigenista, da área que hoje compõe a Terra Indígena Vale do Javari, principalmente no que tange os grupos de Índios Isolados aí localizados, com foco na porção leste da TIVJ, tendo como objeto mais específico levar a um entendimento dos processos de pressões de atividades econômicas, remetendo ao tempo preterido com a pesquisa sísmica levada a cabo pela Petrobrás e suas subsidiárias na referida área nas décadas de 1970 e 1980.

A decisão de patrocinar o aprofundamento da pesquisa de hidrocarbonetos nas bacias sedimentares da Amazônia e mais especificamente na Bacia do Acre durante meados de década de 70, em sua porção ocidental desde o Alto Juruá, passando pela Serra do Divisor e alcançando as cabeceiras do Rio Jaquirana até o Rio Curuçá e mais tarde no começo da década de 80 mais uma vez entre o Curuçá e o Jaquirana, e se estendendo por vastas regiões da Amazônia, pode ser lido do ponto de vista geoestratégico do Estado brasileiro, e dentro do contexto político e econômico nacional e internacional, como uma reação à grande crise mundial gerada pelo

primeiro choque do petróleo em 1973 e o segundo choque do petróleo em 1979, colocando a necessidade da ampliação das descobertas de novas jazidas petrolíferas brasileiras e da produção de hidrocarbonetos como fator de suma importância para a estratégia de desenvolvimento econômico nacional.

A exploração de hidrocarbonetos na Amazônia brasileira irá ganhar escala sem precedentes com as inovações tecnológicas na pesquisa sísmica a partir dos anos 70, permitindo a incursão em áreas até então muito pouco atingidas pela expansão da sociedade nacional.

A partir de 1972, nova campanha exploratória foi iniciada na Bacia do Acre, com o envio das Equipes Sísmicas ES-31 e ES-40 para o extremo oeste brasileiro atingindo em cheio o território de diversos grupos indígenas Matsés, ainda considerados isolados na época. Somadas, as equipes sísmicas irão performar até 1975 a execução de 6000 km de linhas sísmicas em uma área de 4 milhões de hectares, entre os Rios Pardo e Jaquirana, se estendendo ao sul pelos Rios Ipixuna, Moa até o alto Juruá (PETROBRAS, 1979).

A atitude do governo brasileiro seguia a corrida por petróleo desencadeada no território Matsés do lado da fronteira peruana, onde a prospecção vinha desde décadas anteriores e a descoberta de petróleo em alguns poços no começo da década de 1970 levou a empresa estatal Petroperú e uma série de empresas estrangeiras, em modelos semelhantes aos contratos de risco estabelecidos posteriormente no Brasil, a intensificar suas atividades.

Coutinho (2014) resume os acontecimentos vividos pelos Matsés durante a década de 50 no Peru, com a junção da atividade missionária da SIL, responsável pelo contato com os indígenas, com as atividades das empresas petroleiras pondo fim à resistência dos Matsés contra a invasão do seu território e o liberando para exploração petroleira. A colaboração do SIL com a atividade petroleira teria envolvido ainda o recrutamento de Matsés recém-contatados para realizar trabalho braçal na abertura das picadas e perfuração de poços pela empresa Atlantic Richfield Company (Arco). Revela ainda que a empresa International Petroleum Company (IPC), uma subsidiária da Standard Oil Company of New Jersey, chegou a desenvolver um tipo de bomba Napalm que foi utilizada em 1964 em bombardeio realizado pela Força Aérea do Peru contra malocas Matsés.

Do lado brasileiro, as atividades de prospecção irão encontrar ainda uma série de grupos Matsés isolados nas cabeceiras dos igarapés dos interflúvios dos Rios Jaquirana/Javari, Pardo e Curuçá. Diversos encontros e contatos indiscriminados irão acontecer entre os prospectores e os indígenas, e irão resultar em impactos irreversíveis no território e na população indígena.





A visão dos Matsés a respeito dos contatos com as empresas de prospecção foi recolhida por Coutinho (2017) em sua tese de doutorado com diversas e ricas narrativas. Entre diversos aspectos etnográficos acerca das respostas socioculturais dos Matsés, abordados com profundidade e que podem ser consultados no trabalho de Coutinho, está a necessidade que a chegada massiva de trabalhadores, atingindo regiões que ainda haviam sido preservadas das frentes de penetrações econômicas anteriores, impôs aos Matsés de reavaliar as estratégias seculares de resistência que ainda mantinham ao contato com os forasteiros não indígenas. A entrada das equipes trouxe uma série de impactos como contágio de novas doenças, as quais eram atribuídas pelos Matsés à fumaça das explosões e do funcionamento dos helicópteros e motores, forçando frequentes movimentos migratórios, que dificultavam a sobrevivência alimentar dos Matsés. Os Matsés relatam também uma grande 95 confusão psicossocial instaurada pela invasão maciça de seu território, com um forte medo que sentiam das explosões, a movimentação intensa de aeronaves e o uso e a instalação de grandes estruturas nas bases da Petrobras.

Ao cabo das prospecções, a Petrobras recolheu diversos dados para recompor a história geológica da região, entretanto não identificou nenhum indício de hidrocarbonetos aproveitáveis na região, deixando como saldo consequências desastrosas para os Matsés e, possivelmente, outros grupos de indígenas isolados que habitam a região, abandonando diversos materiais como rolos de fiação, botes de alumínio e tambores de combustível (COUTINHO, 2017), legando ainda estruturas 97 que contribuíram para abrir a região do Rio Jaquirana à exploração econômica por seringalistas e para o narcotráfico internacional.

Nova campanha exploratória teve início no Vale do Javari em janeiro de 1981, através da Equipe Sísmica ES-54, operada pela empresa Instrumentos Técnicos e Pesquisas Ltda através do Contrato DEXPRO nº 125/78, firmado com a Petrobras, com o prospecto Bacia do Acre, invadindo ilegalmente o território Marubo nas cabeceiras do Rio Curuçá, erroneamente denominado de Rio Pardo pelas empresas (ZEBALLOS & MONASTERIO, 1981).

Através de base de operações montada perto de Cruzeiro do Sul - AC e subbase instalada no alto Rio Ipixuna<sup>59</sup>, a ES-54 realizou, entre janeiro e maio de 1981, o registro sismográfico de 304 km com 6 linhas sísmicas (54-RL-38 a 54-RL-43), prolongamentos do trabalho realizado pela ES-40 na década de 70, e posteriormente de mais 13 linhas sísmicas nas cabeceiras do Rio Juruá-Mirim, no Acre (ZEBALLOS & MONASTERIO, 1981).

Embora incidindo diretamente sobre a área de ocupação Marubo e realizando trabalho sísmico próximos à diversas de suas malocas o relatório da empresa não faz nenhuma menção aos indígenas, ou a qualquer processo de consulta ou autorização para as atividades. Em documento de novembro de 1981 a antropóloga Maria de Cruz Sá Leão atesta a inexistência de documentos da Petrobras solicitando autorização à FUNAI para explorações na área do Javari (LEÃO, 1981).

Somente em 11/03/82, a FUNAI e a Petrobras celebraram o Convênio N° 18/82 visando constituir legalidade às prospecções a serem realizadas em áreas indígenas, com base no Decreto N° 65.202 de 22/09/69 e na Portaria Interministerial N° 006 de 15/01/81, argumentando ser “mister para as partes a celebração de CONVENIO com o escopo de regular a pesquisa e lavra de petróleo e gases raros em terras indígenas, à semelhança do disposto nos diplomas legais supra-citados”. O Decreto N° 65.202 regulava a pesquisa e exploração de recursos minerais em “terras habitadas pelos silvícolas” e estabelecia nestas áreas a necessidade de autorização da FUNAI, “com comprovação do prévio entendimento do requerente com a mesma Fundação [FUNAI]” (BRASIL, 1969).

As prospecções no leste da Terra Indígena Vale do Javari, escopo mais específico da presente pesquisa se deram a partir de 1982 e se estenderam por mais de 3 anos, atingindo o território de diversos povos indígenas que aí habitam e terá início com os trabalhos da Equipe Sísmica n° 55 (ES-55).

Os levantamentos sísmicos efetuados na Bacia do Solimões (Alto Amazonas) tinham como objetivo geral a identificação de estruturas propícias a acumulação de hidrocarbonetos, trapas efetivas distribuídas em alinhamentos estruturais, visando a ampliação dos campos de gás já descobertos em Carauari, no Rio Juruá (ASSIS & SANTOS, 1984a). Os trabalhos da ES-55 que se desenvolveram especificamente na atual Terra Indígena Vale do Javari foram os Prospectos Itaquai, Jandiatuba, Rio Branco e Pia Curuçá, sob o contrato de risco celebrado entre as empresas e a Petrobras61, e se deram em caráter de reconhecimento (linhas bastante esparsas), visando programas mais detalhados futuramente, a depender dos resultados obtidos (ASSIS & SANTOS, 1984b).

No total destes quatro prospectos, foram registradas 16 linhas sísmicas (55- RL-158 a 55-RL-173) num total de 1371,6 km de picadas e abertura de 644 clareiras, com a utilização simultânea de 3 helicópteros tendo sido realizadas 4240 horas voo e consumidas 451 toneladas de dinamites (A-3 e A-1) em 101120 cargas moldadas, cortando, sem qualquer tipo de consulta,



o território de diversos povos indígenas contatados e de grupos isolados, se estendendo por um quadrante de cinco milhões e meio de hectares (ASSIS & SANTOS, 1984b).

O contrato DEPEX 26/83 firmado entre as empresas e a Petrobras previa a alocação de 314 trabalhadores, sendo 260 trabalhadores braçais (desses 80% eram contratados na região) e o restante divididos em várias funções como chefes de equipe e de campo, observadores, auxiliares e técnicos geofísicos, topógrafos, mecânicos, enfermeiros, cozinheiros, capatazes, almoxarifes, detonadores, carpinteiros, vigias, reparadores de cabos etc. Além deste quantitativo estipulado por contrato, foram contratados trabalhadores adicionais e havia ainda técnicos da Petrobras com função de auxiliar e supervisionar o serviço ((ASSIS & SANTOS, 1984b, pp. 11-12).

As bases da ES-55 foram instaladas primeiramente nas cidades de Benjamin Constant - AM e Eirunepé - AM, sendo depois transferidas para a áreas de floresta, primeiramente para o seringal Monte Ligia, no Rio Juruá, depois para o Rio Ituí, na altura do Igarapé Beija-Flor e por fim para o Rio Curuçá, abaixo do Igarapé Esperança. Além destas bases, diversas sub-bases e pontos de apoio foram estabelecidos em locais estratégicos para auxílio logísticos das operações. As bases em campo eram embarcadas em oito balsas flutuantes pertencentes a Petrobras, cada uma conformando uma função: alojamento e refeitório, escritório, oficina mecânica e de cabos geofones, almoxarifado, depósito de explosivos, combustível, querosene para aviação (QAV-1) e uma balsa que se constituía como sub-base.

Com o avançar da prospecção, conforme relato dos trabalhadores entrevistados, diversos elementos da presença dos indígenas já estavam sendo constatados pelas equipes, como a realização de tapagens, rastros de pegadas, cercos aos acampamentos a noite, com os indígenas realizando muito barulho através de imitação de animais, chegando até mesmo a dificultar a conversação entre os trabalhadores na clareira tamanho o volume do alarido. (CALANGO, 2018, entrevista pessoal).

Até que em 17 de novembro de 1983 ocorreu o primeiro ataque direto perpetrado pelos indígenas aos trabalhadores da pesquisa sísmica nas cabeceiras do Jandiatuba, local exato ignorado, mas pelos relatos e pela temporalidade provavelmente ocorreram em alguma das últimas linhas mencionadas. No ataque foram desferidas flechas contra três trabalhadores que atuavam no tamponamento dos furos carregados de carga moldada, restando um ferido, que foi carregado pelos outros dois até a clareira mais próxima, e daí removido em helicóptero para Eirunepé (O FLUMINENSE, 1983). Muitos trabalhadores foram retirados este dia também para



Curitiba, o restante da turma que não pôde ou não quis se retirar foi reunida em um mesmo acampamento em uma das clareiras.

No final da tarde, os indígenas cercaram o acampamento com os trabalhadores que ficaram, atirando flechas, porém sem atingir ninguém. Os trabalhadores responderam detonando cargas moldadas, previamente preparadas, com o fito de assustar e dispersar os indígenas. Tal acontecimento teria passado sem conhecimento da sociedade, caso não tivesse sido denunciado por reportagens no dia 04/12/83 por jornalistas que ouviram a história enquanto estavam visitando as instalações da Petrobras no Juruá, dando origem a telegramas enviados no dia 05/12/83 pelo deputado Mário Juruna aos Ministros da Justiça, Minas e Energia e ao próprio Ueki, acusando o fato e pedindo apuração e punição dos culpados e omissos (O GLOBO, 1983). Segundo reportagem do O Globo de 06/12/83, a Petrobras negou o ocorrido, porém posteriormente o fato foi admitido pelo presidente da Petrobras, Shigeaki Ueki no final de dezembro de 1983, sendo amplamente noticiado pelos jornais, em resposta aos telegramas de Juruna.

O tom duro usado pelo deputado contrasta com a serenidade do então presidente da Petrobras, para quem o incidente não teria a gravidade noticiada, afirmando ainda “que os indígenas daquela ou de outras regiões continuam merecendo maior respeito como compatriotas que são” (A CRITICA, 1983).

Estes fatos demonstram claramente a insatisfação dos indígenas isolados diante da invasão de seu território e como o acercamento dos trabalhadores às suas malocas não ocorreram isoladamente, antes, sim, foram uma constância durante este período dos trabalhos. Diante do ocorrido, as empresas decidiram convocar a FUNAI para apoiar os trabalhos. Até o final de novembro a Petrobras realizou os acertos do envio de indigenistas para trabalhar junto as turmas de campo das Equipes Sísmicas ES-55 e ES-60, esta última realizava no momento prospecção entre os rios Jutaí, Biá e Juruá, e logo iria se voltar para o Rio Jandiutuba a partir de janeiro de 1984.

Foram então formadas equipes com indigenistas da FUNAI e indígenas (contratados com mateiros) de várias etnias da região para o acompanhamento dos trabalhos. Estas equipes deveriam atuar com o duplo objetivo de realizar a segurança dos trabalhadores das empresas e dos indígenas isolados, com a realização previa de sobrevoos para detecção de habitações, acampamentos e roçados indígenas e verificação de vestígios de indígenas isolados nas picadas

das linhas que viriam a ser feitas, devendo zelar pela não realização das prospecções em áreas consideradas críticas pela presença de indígenas isolados.

Tais objetivos eram paradoxais, uma vez que a presença dos indígenas isolados era completamente incompatível com a natureza das atividades ali desenvolvidas pelas empresas, que impactavam profundamente o território marcadamente indígena. Mais uma vez, a FUNAI ficou na posição dúbia de anteparo entre as sociedades indígenas e a sociedade nacional, tentando evitar conflitos maiores e consequências mais graves para a população indígena e para os trabalhadores da prospecção, mas, de fato, servindo de apoio aos projetos de desenvolvimento econômico traçados pelo governo federal.

Com a chegada da FUNAI, as estratégias concebidas para afastar os indígenas isolados irão se modificar e, com os auspícios do órgão indigenista oficial e patrocínio das empresas petroleiras, será desenvolvido um esquema de segurança com a formação de espécies de milícias armadas com indígenas com diversas etnias da região sob a chefia de um agente da FUNAI, que realizavam então a guarda armada para as equipes pioneiras de topografia, abertura de picada e clareiras.

A partir de janeiro de 1984 começou também a operar na área do Rio Jandiatuba a Equipe Sísmica Nº 60 (ES-60), sob responsabilidade da empresa Companhia Brasileira de Geofísica (CBG), subsidiária brasileira da Compagnie Générale de Géophysique (CGG), esta, por sua vez, era o braço de operações geofísicas da empresa petroleira estatal francesa Elf Aquitaine, privatizada posteriormente em 1996. A empresa operou nos prospectos Jandiatuba e Rio Itaquai sob o Contrato DEPEX Nº 15/84 para realização de levantamentos sísmicos de reflexão até setembro de 1984, se retirando para região à leste após ataque dos Korubo ao acampamento base (CBG/CGG, 1984).

Os serviços da empresa se deram através de base estabelecida na cidade de Eirunepé de janeiro de 1984 até o dia 19/02/84. Após a chegada do comboio de balsas que se deslocaram do Juruá para o Itaquai, a base foi transferida para as balsas embarcadas, situando-se do lado direito do Rio Itaquai, abaixo da foz do Rio Branco, sendo conformado por oito balsas abrigando refeitório, alojamentos, escritórios, estação de rádio, enfermaria, espaço de lazer, oficina sísmográfica, almoxarifado, depósito de óleo diesel e de querosene de aviação, oficina mecânica e paiol de dinamite (CBG/CGG, 1984).

Durante a execução dos dois prospectos, foram registradas 46 linhas sísmicas num total de 1372,8 km de picadas e abertura de 540 clareiras, com a utilização simultânea de até 5



helicópteros, tendo sido realizadas 2754 horas voo e consumidas 165072 cargas moldadas de dinamites (A-3 e A-1).

As equipes ES-55 e ES-60 chegaram a operar concomitantemente durante o período de janeiro a julho de 1984, quando a ES-55 se muda para realizar prospectos no Estado do Acre. Somados os dois contingentes de trabalhadores podemos estimar em cerca de 700 trabalhadores envolvidos na operação, número provavelmente superior ao de indígenas isolados habitantes da região.

Operou ainda na região neste período a Equipe Sísmica ES-200 da empresa LASA Engenharia e Prospecções, com 3848 Pontos de Tiro distribuídos em cinco linhas sísmicas (200-RL-45, 200-RL-46, 200-RL-47, 200-RL-48 e 200-RL-62) com extensão somada de 192 km e diretamente incidentes sobre o território dos Kanamari e dos Tsohom-dyapa entre o Rio Juruazinho e as cabeceiras do Curuena.

A ES-60 iniciou suas atividades pela margem direita do Rio Jandiatuba e cabeceiras do Rio Curuena em janeiro de 1984, com a abertura da linha sísmica 60- RL-156, se estendendo em uma área de seis mil km<sup>2</sup> abrangendo o Rio Jutaí, ambas as margens do Jandiatuba, Igarapé São José e finalizando as últimas linhas as margens do Rio Itaquai em início de setembro. Segundo o Relatório Técnico Operacional da CBG/CGG, desde a execução das primeiras linhas sísmicas em janeiro já começaram a ocorrer diversos “incidentes” com os indígenas isolados. Para a empresa, os conflitos foram causados pela presença de indígenas “primitivos” na área de prospecção e não pela invasão massiva dos exploradores em seus territórios (CBG/CGG, 1984, p. 14).

O primeiro desses “acidentes” se deu no dia nove de abril de 1984, na linha 60-RL-162, ocasião em que um trabalhador foi flechado na perna durante um encontro com os indígenas isolados. Este fato nos foi relatado por Virgulino Ferreira, que realizava o serviço de transporte de cabos e geofones, e ocorreu na linha citada entre as clareiras B e C entre as cabeceiras do Jandiatuba e do Igarapé São José, nas proximidades das malocas já localizadas em julho de 1983 por sobrevoo da Funai e Petrobras.

Em seu relatório, as empresas falam em “uma emboscada traiçoeira de um grupo de Índios desconhecidos, ferindo gravemente um trabalhador da sismografia”, ocorrendo, assim como no ataque em novembro de 1983, “pânico geral nas turmas da Equipe, demissões do pessoal e abandono de várias linhas já abertas sobre as exigências dos representantes da FUNAI” (CBG/CGG, 1984, p. 14).

Para Virgulino Ferreira, que estava no momento do ocorrido a cerca de duas centenas de metros, a flechada teria ocorrido devido a imprecaução de um dos trabalhadores em cortar à

facção uma pinguela 75 dos indígenas e teve um caráter apenas de um aviso, visto que foi disparada sem força e alvejada apenas a perna do trabalhador. Ademais, o grupo indígena estava conformado também por mulheres e crianças, pelo que se interpreta estarem ali de passagem com suas famílias, e não em uma expedição guerreira (FERREIRA, 2018, entrevista pessoal).

Diversos relatos dos trabalhadores mostram uma série de acontecimentos que jamais vieram à tona envolvendo a passagem das equipes pelo território indígena, muitas vezes próximos às suas malocas, outras vezes a linha passando por dentro de roçados, tapiris, capoeiras e pupunhais.

Em uma das linhas, em localidade entre os Rios Jandiatuba e Itaquai, conta Virgulino Ferreira (entrevista pessoal, 2018), passaram por dentro de um roçado com macaxeira plantada e tapiris dos indígenas. Quando a sua turma de sonda passou, o roçado já estava abandonado, provavelmente motivada pela a movimentação dos helicópteros e das turmas de trabalhadores.

Primeiro documento com análise mais completa e que resume os impactos que estavam ocorrendo é um parecer elaborado pela antropóloga Isa Maria Pacheco Rogedo, então na Assessoria de Estudos e Pesquisas da FUNAI (AESP) da FUNAI. Em sua análise, Rogedo (1984) coloca que as pesquisas sismográficas comprometem as garantias dos direitos indígenas previstas em lei e desestruturam as populações indígenas isoladas, com o impacto psicológico, cultural e físico irrecuperáveis, apontando ainda para a ausência no processo documental de autorização para as atividades de pesquisa sísmica e de exigências de medidas sanitárias, obrigações estabelecidas pelo Convenio nº 18/82, podendo haver a disseminação de doenças infectocontagiosas aos indígenas isolados.

Diante da agressão sofrida, salienta, “só restam aos grupos arredios duas alternativas: recuar para lugares mais distantes das frentes de contato ou, enfrentarem os inimigos em luta direta”, acreditando que os indígenas escolheram a segunda opção, representando um rechaço expresso à “invasão e depredação do seu território” (ROGEDO, 1984, p.2). Afirma a antropóloga que, apesar da importância da lavra de hidrocarbonetos para o país, esta se encontra em território dos indígenas isolados, cabendo à FUNAI preservar a integridade destes como órgão tutora, e estranha que se esteja pedindo “proteção para os agressores e não para os agredidos” (ROGEDO, 1984, p.2).

Rogedo conclui que o Convênio está sendo desrespeitado pela Petrobras e empresas subsidiárias devendo ser denunciado ou reformulado, com a suspensão imediata dos trabalhos, “de forma que permita os trabalhos de atração destes índios sem pressões de qualquer espécie”. Nenhuma atitude neste sentido foi tomada pela FUNAI e os trabalhos de prospecção prosseguiram.

Em 02 de agosto de 1984 durante a abertura das linhas 60-RL-200 e 60-RL202, entre os Rios Itaquai e Branco, a equipe encontrou um caminho dos indígenas, localizando logo depois, por sobrevoo, duas malocas Korubo recém construídas e uma derrubada para estabelecimento de roça, a tão somente 2 quilômetros das linhas sísmicas, sustando o trabalho. Mesmo com essa proximidade, após deliberação, concluíram pelo prosseguimento das atividades, com o reforço da turma sismográfica para que o trabalho fosse realizado em um único dia sem necessidade de montar acampamento para pernoite e com o aumento do contingente de indígenas “mateiros”, para que estes tomassem a frente, em caso de necessidade de realização de um contato com os Korubo (SILVA, 1984). Uma semana após, os Korubo irão fazer uma visita ao acampamento da Petrobras e promover um ataque mortal.

No dia 04 de setembro de 1984, por volta das 15:30 horas, ocorreu o ataque dos Korubo ao acampamento base da Petrobras, na margem direita do Rio Itaquai, vitimando fatalmente o servidor da FUNAI Lindolfo Nobre Filho e o funcionário da CBG João Praia Caldas.

Antonio de Oliveira Souza trabalhava como enfermeiro no acampamento e estava presente no momento do ataque. Segundo seu relato, os Korubo apareceram na praia perto da base gesticulando e gritando. Os dois funcionários, juntamente com um indígena Kanamari, foram ao seu encontro levando diversos presentes como espelhos, terçados e machados (uma notícia da época fala em panelas e colheres (A CRITICA, 1984a), os quais os Korubo, após um primeiro aceite, passaram a rejeitar e jogar os presentes no chão. Sob a assistência de cerca de 60 funcionários que se encontravam na base, os Korubo invitaram João Praia para dançar, puxando-os pelos braços e levando-os até uma árvore de matamatá dentro da mata e aí iniciaram o ataque com golpes de borduna. Praia ainda teve tempo de gritar para alertar os demais. Nobre, que vinha logo atrás, tentou fugir, mas foi atalhado, e recebeu um só golpe mortal na cabeça. Antônio e seus companheiros chegaram ao local e resgataram Nobre ainda dando seus últimos suspiros. Os engenheiros franceses da CBG/ELF, com medo, se trancaram em seus aposentos e um helicóptero é acionado começando a sobrevoar o local, fazendo os Korubo correrem de volta para a praia abaixo do acampamento e retornando em três cochos de paxiúba para o outro lado do rio (Antonio Oliveira, 2021, entrevista pessoal).

Neste mesmo dia, a Delegacia Regional da FUNAI em Manaus enviou o Radiograma nº 2186 para a Presidência da FUNAI, comunicando a “constrangedora ocorrência” e informando a determinação para retirada total da área da equipe de 400 homens e de equipamento, estimando um prazo de 7 dias para e evacuação considerando prioritária a retirada de 100 mil cargas de dinamite, 500 tambores de querosene e a dinamitação de uma linha já carregada (60-RL-206).



Pouco se sabe sobre as motivações que levaram ao ataque, porém muitos são os fatores apontados pelo noticiário da época que culminaram neste ato. Um funcionário da FUNAI ouvido em sigilo pelo Jornal do Commercio atribuía às explosões de dinamite a insatisfação dos Korubo (JORNAL DO COMMERCIO-AM, 1984a), enquanto outra fonte sigilosa da FUNAI, em depoimento ao jornal A Crítica, considerava um grande erro a Petrobras ter invadido a área sem antes um trabalho de “pacificação” dos indígenas pela órgão indigenista (A CRÍTICA, 1984b). Na mesma linha, um membro do CIMI apontava a própria presença da Petrobras como fator determinante (A NOTICIA, 1984a). Ao periódico A Notícia, o então Delegado Regional da FUNAI em Manaus, Aldo Sena, informou que a Petrobras já havia sido alertada sobre o perigo de trabalhar nesta área, dado o extenso histórico de rejeição de contato pelos Korubo, resultando em diversas mortes de funcionários da FUNAI (A NOTICIA, 1984b), porém, em outra entrevista ao Jornal do Commercio, o Delegado avalia não ver consequências jurídicas no argumento de que a Petrobras invadiu o território dos Korubo, uma vez que a FUNAI teria autorizado tal ação (JORNAL DO COMMERCIO-AM, 1984b). Por sua vez, em declaração ao jornal Estado de São Paulo, o sertanista Sebastião Amâncio declarou que “a FUNAI está tomando a frente para não permitir excessos, impedido que se matem os índios que, à maneira deles, estão defendendo seu território” (ESTADO DE SÃO PAULO, 1984).

Dez dias após o ataque, com a chegada dos rebocadores contratados pela Petrobras para o deslocamento das balsas da base no Rio Itaquai, serão evacuados os equipamento, insumos e todos os trabalhadores (A CRITICA, 1984c). É o fim dos trabalhos sismográficos nos interflúvios do Itaquai e Jandiatuba e a Equipe Sísmica 60 foi transferida, reiniciando suas operações em janeiro de 1985 no baixo Rio Jutai e no seu alto curso entre os afluentes Boia e Mutum.

Em seu relatório final os representantes da CBG/CGG lamentam a obrigação de evacuação desta área “delicada” devido aos choques com os indígenas, no momento em que a equipe batia seus recordes de produção.

Apesar da situação francamente desfavorável a que foram submetidos, os indígenas isolados demonstraram capacidade de reagir e resistir, cada qual a seu modo. Diante dos batalhões de homens que adentraram subitamente seus territórios, os indígenas isolados dos interflúvios do Itaquai, Jandiatuba e Jutai se viram obrigados a reorientar a estratégia de conflito direto que exerciam sobre os madeireiros e famílias de seringueiros, estes dispersos e em número bem menor e desprovidos do imenso aparato tecnológico dos prospectores.

Os caminhos e bases móveis instaladas pelos prospectores se sobrepuseram em cheio aos caminhos, capoeiras, roçados e malocas do território indígena, de tal forma que as linhas

sísmicas e demais estruturas são a ponta de lança da expressão do processo de dominação territorial conduzido pelo Estado e empresas no território indígena. Primeiramente de caráter temporário, a ocupação definitiva da área e a instalação de modernas estruturas produtivas dependia dos resultados das prospecções e viabilidade de instalação de um futuro empreendimento econômico.

Com as primeiras reações mais incisivas dos indígenas em novembro de 1983, a Petrobrás se viu obrigada a participar a FUNAI no acompanhamento dos trabalhos e após a morte dos dois funcionários em setembro de 1984, se logrará a suspensão dos trabalhos sísmicos em execução e o cancelamento do novo prospecto que atingiria em cheio os territórios Korubo e Matis.

O que fica evidenciado é que a concepção não dialética da soberania estatal não enxerga os povos indígenas como atores territoriais que se apropriam daquele espaço, o qual comportaria apenas a apropriação pelo Estado, sendo condição necessária para a própria existência do mesmo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Embora o corpo contínuo de floresta tropical densa ainda viva dê a primeira impressão de uma área indevassada ou intocada, como vimos durante o estudo, tal imagem não se sustenta ao exame histórico de ocupação e exploração da área, da qual abordamos com mais profundidade as explorações geológicas e geofísicas.

À dessemelhança de outros temas da expansão econômica dos projetos desenvolvimentistas na Amazônia, como a expansão da malha rodoviária, os grandes empreendimentos de mineração e geração de energia elétrica, projetos de migração induzida e colonização, grandes projetos agrícolas e parques industriais, os impactos da prospecção de hidrocarbonetos é um tema muito pouco estudado pelos pesquisadores brasileiros, havendo certa carência de informações aprofundadas e análises disponíveis.

Esta pesquisa é um início de contribuição para uma demanda dos indígenas do Vale do Javari, expressa em proposta durante a Etapa Regional da I Conferência Nacional de Política Indigenista em 2015, na qual os representantes indígenas do Vale do Javari solicitam “a investigação da atuação da Petrobrás e suas subsidiárias durante a prospecção sísmica e a perfuração de poços exploratórios contra os povos indígenas, inclusive isolados, e seus territórios na região de do Vale do Javari e Vale do Juruá”.



Espera-se que com o aprofundamento do conhecimento dos fatos descritos neste trabalho possa auxiliar neste resgate histórico. Os componentes econômicos e geopolíticos, e suas ideologias associadas, brevemente deixam entrever que a lógica que rege os Estados nacionais e as empresas em busca da expansão territorial de suas atividades segue operante e pode se manifestar novamente em novos contextos históricos.

## REFERÊNCIAS

- ASSIS, Pedro Campelo de & SANTOS, Manoel Coelho dos. 1984a. **Relatório Técnico de Operações. Bacia Alto Amazonas. 1ª – Área Rio Jutai – Prospecto Rio Jutai; 2ª – Área Rio Jutai – Prospecto Curuena. Equipe Sísmica ES – 55.** DEPEX/DENOC – Petrobras. Adalco Geofísica LTDA.
- BRASIL. 1969. **Decreto Nº 65.202**, de 22 de Setembro de 1969.
- CBG/CGG. 1984. **Relatório Técnico de Operações. Prospectos Jandiatuba – Rio Itaquai, Área: Rio Itaquai, Bacia: Alto Amazonas, Equipe: ES-60 – CBG Geofísica LTDA.** Petrobras – DENOC
- COUTINHO, Walter. 2014. **Exploração petroléira em territórios indígenas na bacia do rio Jaquirana.** Manaus: Ministério Público Federal, Procuradoria da República no Amazonas.
- \_\_\_\_\_. 2017. **Gente valente: uma coletânea Matsés histórias indígenas no Vale do Javari (1866-1974).** 2017. 497 f., il. Tese (Doutorado em Antropologia)— Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “dos territórios” a multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400p.
- LEÃO, Maria Auxiliadora de Sá. 1981. **“Informação nº 331/DID/DGPI/81, sobre a Eleição do Parque Indígena do Javari”.** FUNAI. Brasília - DF, 30 de novembro de 1981.
- LIMA, Miguel Vieira de. 2015. **Petróleo E Território No Brasil: A Evolução Do Sistema De Engenharia Petrolífero E A Configuração De Seu Circuito Espacial Produtivo.** Tese de Doutorado. São Paulo-SP.
- PETROBRAS. 1979. **Relatório 744-A - Bacia do Acre - Possibilidades de Petroleo.** RENOR. Junho de 1979.
- RADIOGRAMA Nº 2186/1ADR de 04/09/84. Para PRES/FUNAI/BSB
- ROGEDO, Isa Maria Pacheco. 1984. **Informação Nº 25/84-AESP.** Funai. Brasília, 19 de junho de 1984.
- SAQUET, Marcos. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007. 192p.
- SILVA Osmar da. 1984b. **Relatório Trabalhos Itaquai (apresenta).** Base Itaquai, 01 de agosto de 1984
- ZEBALLOS, Pablo; MONASTERIO, Douglas. 1981. **Relatório Técnico de Operações. Prospecto Bacia do Acre. Áreas: Rio Pardo e Juruá Mirim. Alto Amazonas-Brasil. Equipe Sísmico ES-54.** Agosto de 1981.

A CRÍTICA. 1983. **Acampamento invadido. Dinamite dispersa os índios de Jandiatuba.** Caderno 2, página 10. 31 de dezembro de 1983

\_\_\_\_\_. 1984a. **Índios recusam presentes e matam dois a bordunadas.** Manaus-Am, 06 de setembro de 1984.

\_\_\_\_\_. 1984b. **“Kurubu” – a fúria selvagem que ataca e mata de borduna.** Manaus-AM, 10 de setembro de 1984.

\_\_\_\_\_. 1984c. **FUNAI e Petrobras evacuam o rio Itacoaí.** Manaus-AM, 13 de setembro de 1984.

A NOTICIA. 1984a. **Cimi culpa invasão dos brancos pelo massacre.** Manaus-Am, 06 de setembro de 1984.

\_\_\_\_\_. 1984b. **Dois mortos no ataque de índios em Atalaia do Norte.** Manaus-Am, 06 de setembro de 1984

JORNAL DO COMMERCIO-AM. 1984a. **Índios Kurubu massacram dois em Atalaia do Norte.** Edição 33359. Manaus-AM, 06 de setembro de 1984.

\_\_\_\_\_. 1984b. **Reserva dos “Kurubu” está sendo evacuada pela FUNAI.** Manaus-AM, 13 de setembro de 1984.

O ESTADO DE SÃO PAULO. 1984. **Os brancos saem. Para evitar mais mortes.** São Paulo-SP, 10 de setembro de 1984.

O FLUMINENSE. 1983. **Índios dispersados com carga explosiva.** Rio de Janeiro-RJ, Ano 1983, Edição 24657<sup>a</sup>.

O GLOBO, **“Petrobras usa explosivo contra índio”.** Rio de Janeiro-RJ, 06 de dezembro de 1983

## ENTREVISTAS

Antonio de Oliveira Souza, entrevista pessoal realizada por Bernardo Natividade Vargas da Silva na BAPE Figueredo, TI Vale do Javari, em 19 de novembro de 2021 e conversas realizadas via Whatsapp em fevereiro de 2022.

João Calango, entrevista pessoal realizada por Bruno da Cunha Araújo Pereira em Eirunepé-AM em 27 de março de 2018.

Virgulino Ferreira, entrevista pessoal realizada por Bruno da Cunha Araújo Pereira em Atalaia do Norte-AM em 14 de março de 2018.